



**Denise Pereira
(Organizadora)**

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8381925041	
CAPÍTULO 2	10
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
Kátia Sausen da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925042	
CAPÍTULO 3	22
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Luciana de Moraes Trombeta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925043	
CAPÍTULO 4	31
MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
Priscila Lopes d'Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8381925044	
CAPÍTULO 5	38
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
Angélica Szeremeta	
Alfredo Cesar Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.8381925045	
CAPÍTULO 6	52
“O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”	
Mariana Nunes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8381925046	
CAPÍTULO 7	67
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
Bianca Racca Musy	
DOI 10.22533/at.ed.8381925047	
CAPÍTULO 8	75
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Rosimeire Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8381925048	

CAPÍTULO 9	83
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8381925049	
CAPÍTULO 10	97
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250410	
CAPÍTULO 11	107
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250411	
CAPÍTULO 12	117
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83819250412	
CAPÍTULO 13	126
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
DOI 10.22533/at.ed.83819250413	
CAPÍTULO 14	138
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.83819250414	
CAPÍTULO 15	147
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.83819250415	
CAPÍTULO 16	156
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
DOI 10.22533/at.ed.83819250416	
CAPÍTULO 17	167
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.83819250417	

CAPÍTULO 18	179
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.83819250418	
CAPÍTULO 19	195
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
Bruno Tavares Magalhães Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.83819250419	
CAPÍTULO 20	204
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
Cícero Joaquim dos Santos	
Rafael Gonçalves de Araújo	
Antônio Carlos Dias de Oliveira	
Teófilo Silva Primo Correia	
Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.83819250420	
CAPÍTULO 21	211
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
George Vidipó	
DOI 10.22533/at.ed.83819250421	
CAPÍTULO 22	223
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
Glauco José Costa Souza	
DOI 10.22533/at.ed.83819250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	231

OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG

Arthur da Costa Orlando

Universidade Salgado de Oliveira

Niterói- Rio de Janeiro

RESUMO: Compreendendo a importância de se entender as características sobre a urbanização nos mais variados locais do país no passar dos anos. O presente trabalho busca debater as políticas de consolidação territorial para o início de desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé), freguesia localizada no sertão leste da Zona da Mata mineira. Essa região começa a receber seus primeiros sinais de povoamento entre o final do século XVIII e início do século XIX, com a influência de políticas indigenistas, ocorridas no início do período analisado, além da concessão de privilégios, isenções fiscais e doação de sesmarias. Procuraremos entender as mudanças ocorridas nesse espaço geográfico, evidenciando ainda mais a interdisciplinaridade entre Geografia e História na busca de uma reflexão maior sobre as relações sócio-espaciais ocorridas no passar dos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Atas da câmara, desenvolvimento urbano, infraestrutura.

ABSTRACT: Understanding the importance of understanding the characteristics of urbanization in the most varied places of the country over

the years. The present work seeks to discuss the policies of territorial consolidation for the beginning of urban development of São Paulo do Muriahé (present Muriaé), parish located in the sertão east of Zona da Mata mining. This region began to receive its first signs of settlement between the late eighteenth and early nineteenth century, with the influence of indigenist policies, occurred at the beginning of the period analyzed, besides the granting of privileges, tax exemptions and donation of sesmarias. We will try to understand the changes that have taken place in the geographic space, showing even more the interdisciplinarity between Geography and History in the search for an even greater reflection on the socio-spatial relations that have occurred over the years.

KEYWORDS: House minutes, urban development, infrastructure.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé), freguesia essa localizada no sertão leste da Zona da Mata mineira. Assim, primeiramente, discutiremos os conceitos de espaço e território, buscando evidenciar a interdisciplinaridade entre Geografia e História na busca de uma

reflexão maior sobre as relações sócio-espaciais ocorridas no passar dos anos. Em seguida, será feito um breve diálogo com a historiografia regional evidenciando a chegada do homem branco a essa área, sua estabilização com a produção agrícola e início do crescimento econômico. Ao final será exposto o resultado da análise de 295 atas da Câmara Municipal de Muriaé entre os anos de 1871 – 1890. O período é justificado pelo fato do estudo estar voltado ao início do desenvolvimento urbano, onde nesse recorte se encontram os primeiros serviços de infraestrutura realizados no município, deliberados pelas autoridades municipais (vereadores) de acordo com as necessidades oriundas no momento da área em questão.

Apesar de ter sido mencionado esse período e atas analisadas, abrangendo quase duas décadas, é preciso frisar, desde logo, a existência de algumas lacunas, ora temporais, ora em termo de informações anotadas. Como seria de esperar, algumas partes dos livros das atas se perderem no tempo, ou se encontram em dificuldade de acesso, resultando na falta quase total de informações para o ano de 1871, e total para os de 1874 à 1879, 1886 à 1887. O que significa dizer que os anos de 1872-73, 80-85, 88-90, oferecem a possibilidade de interpretações cronológicas e diacrônicas mais seguras, não se pretendendo menosprezar os dados disponíveis para o ano de 1871, pois cada fonte que ainda sobrevive tem de ser valorizada (LIBBY, 2004:69-96).

Mesmo assim, o banco de dados construído pelo autor consiste em dados que nos permite compreender as necessidades pedidas pelos moradores, e a posição das autoridades quanto às mesmas, formando um conjunto de informações que nos permite retratar vários aspectos da realidade do período em tela, bem como levantar algumas hipóteses que procuram explicar àquela realidade. A primeira variável do banco de dados é a data da reunião, um dado essencial para entendemos à urgência dos pedidos, as análises e decisões, que geraram mudanças ou reclamações nas demais variáveis.

Com relação às petições e deliberações, ocorridas nas discussões dessas autoridades municipais, temos uma série de dados: construção de pontes; abertura de caminhos; concessão de terrenos; requerimentos de esgoto e calçamentos. Foram encontrados também discussões sobre o possível abastecimento de água, porém nada de concreto em relação a sua efetivação, além de outros assuntos tratados como: pagamentos feitos às custas judiciárias, fornecimento de alimentação aos presos pobres, ofícios de leis oriundas do governo provincial, tabelas de impostos, entre outros. Assuntos estes que fogem ao tema proposto, mas, podem subsidiar uma futura pesquisa relacionada a essas questões.

1.1 Uma Breve Discussão Entre os Conceitos de Espaço E Território

Partindo das considerações feitas por Claude Raffestin de que “espaço e território não são termos equivalentes” e que “o espaço é anterior ao território” buscaremos

primeiramente, através de um breve diálogo entre os conceitos, definir o termo espaço que durante anos foi alvo de discussão entre os principais pensadores da Geografia desde sua fase tradicional à humanista e cultural. (RAFFESTIN, 1993: 143-147)

Diante dessa perspectiva Henri Lefebvre ressalta que “o espaço estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 1973: 91-95), Milton de Almeida Santos. “Afirma não ser possível conceber uma determinada formação sócio - econômica sem se recorrer ao espaço. Segundo ele, modo de produção, formação sócio - econômica e espaço são categorias interdependentes” (SANTOS 1977: 3-13). Neste sentido Roberto Lobato Correa nos esclarece que,

O mérito do conceito de formação sócio – espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado; o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio – espacial. (CORRÊA, 1995: 26-27)

Frente a essas indagações, o conceito será visto aqui sob a ótica a ser organizado pelo homem de diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar.

Percebemos essas perspectivas nas formas de ocupações ocorridas na Zona da Mata mineira, as quais podem ser dadas como exemplo de formação sócio-espacial, onde eram apropriadas partes do espaço para se produzir. Assim, através dessa concepção de espaço compreendemos melhor o conceito de território que, segundo Raffestin, “se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, onde ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993: 143-147) constituindo assim um lugar de relações sociais a partir da sua apropriação.

Seguindo nessa concepção, Márcio Freitas Eduardo nos atenta que

O espaço, metaforicamente, constitui a matéria – prima do território, sendo esse uma apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por autores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades de territorializarem-se e viverem os produtos do(s) “processos” do(s) territórios, estão fortemente mescladas e intrínsecas ao poder. (EDUARDO, 2006:178)

Desta forma, concordamos com Marcos Aurélio Saquet que espaço e território não se encontram separados, “um está no outro.” O conceito de território se diferenciaria de espaço por três processos determinantes; as relações de poder numa compreensão multidimensional, as identidades simbólico – culturais mais específicos e os processos TDR (Territorialização, desterritorialização e reterritorização). (SAQUET, 2009: 83)

Nesta mesma linha coaduna Tiago Roberto Alves Teixeira no intuito de realizar contribuições acerca do conceito, o autor reafirma que são as relações de poder, por

meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço (por meio de conflito ou não) que formam os territórios, imprimindo nestes suas características relacionais de acordo com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural (TEIXEIRA, 2010: 75-78).

Portanto o conceito de território será visto nesse artigo sob a ótica histórica, como uma determinada área apropriada por atores que através das relações de poder inserem seus interesses econômicos, políticos e culturais.

A partir da definição dos conceitos conseguimos relacioná-los com a região estudada, visto que a Zona da Mata Mineira em seu processo de ocupação passou por diversas transformações, sendo sempre palco de atores que territorializaram seus espaços ao longo dos anos através das relações de poder.

De acordo com essa perspectiva temos o caso de São Paulo do Muriahé, região localizada ao leste da Mata mineira que começa a receber, antes da chegada do agente colonizador, seus primeiros sinais de transformação espacial, com a instalação dos índios Puris e Coroados, oriundos do litoral do Rio de Janeiro para o sudeste de Minas Gerais (MERCADANTE, 1973: 30-32). Tendo, posteriormente, uma dinamização maior nas transformações a partir da chegada e estabilização do homem branco nesse espaço, como será evidenciado.

Na perspectiva de se compreender as relações existentes será feito abaixo uma breve discussão historiográfica.

1.2 Ocupação E Produção Agrícola de São Paulo do Muriahé: Breve Discussão Historiográfica

O processo de ocupação pelo homem branco da área que seria chamada de São Paulo do Muriahé ocorre tardiamente, apenas no final do século XVIII início do XIX, tendo por explicação sua localização nos sertões leste da Mata mineira, também denominados “Sertões Proibidos” pelas autoridades da Colônia e da Capitania, que buscavam impedir à ocupação e consideravam uma defesa natural contra o contrabando do ouro (ROCHA, 2008:15). Esta ocupação inicia de maneira efetiva, graças aos incentivos feitos pela coroa, visando privilégios, isenções fiscais e doação de sesmarias, além de duas políticas indigenistas no período abordado. A primeira que se baseava no extermínio dos nativos, a outra na ideia de aldeamento, visando integrar os nativos a sociedade civil, estimulando-os à adoção da agricultura como base de subsistência e ensinando-os a educação religiosa e civil com os sacerdotes católicos (SOARES, 2009: 95-97).

Diante dessa perspectiva, concordamos com Haruf Salmen Espindola ao mencionar que “esses sertões que ficavam a leste dos núcleos ligados a mineração, e, eram vistos como proibidos se tornaram alternativa com a diminuição aurífera”, iniciando assim seu processo de ocupação (ESPINDOLA, 2005: 25).

Diante do exposto, percebemos que os aldeamentos indígenas obtiveram grande impacto sobre o território da Zona da Mata, principalmente durante os anos de atuação do diretor-geral dos índios Guido Thomaz Marlière, responsável pelos nativos da Freguesia de São Manoel do Pomba, São João Batista e anexas, onde em seu trabalho civilizador sempre pregava respeito aos nativos, opondo-se ao trabalho servil indígena e a concessão de aguardente, que muitas vezes era concedida aos nativos pelos colonizadores em troca da Ipecacuanha, raiz medicinal também conhecida como poaia, explorada nessa região em grande escala devido a aceitação não só no mercado brasileiro, mas também na Europa (SOARES, 2009: 99-100).

Em artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, observamos a importância de Guido Marlière no processo de povoamento, sendo responsável por fundar um estabelecimento para os índios Puris, no sertão do Muriaé, levantar uma Igreja para eles e demarcar suas terras, desde que fossem bastante para sua cultura e sustento. Fato esse visto por Soares como passo fundamental para o crescimento do futuro município.

Recebendo arruamento e habitações de brasileiros, as aldeias caminharam a passos largos para se tornarem povoados brasileiros, evoluindo para as cidades atuais. Este é o caso de Muriaé, antigo arraial de São Paulo do Manoel Burgo, com núcleo inicial formado a partir de um aldeamento de índios Puris, criado em 1819 (SOARES, 2009:107).

Segundo Vitória Fernanda Schettini de Andrade, “a doação de parcela de terra para a sua cultura e estabelecimento familiar desses nativos foi um grande aliado para sua fixação. Alguns podiam tornar agregados das fazendas e ter sua morada própria” (ANDRADE, 2006:32). Sheila Siqueira de Castro Faria, nos atenta que, “este relacionamento entre as culturas indígena e branca possibilitou a sedentarização e a semi-sedentarização de alguns índios possibilitando maior convívio entre eles (FARIA, 1998: 56).

Mesmo com essa impressão de divisão do espaço “amigavelmente”, “pouco ou nada se valeu para que o problema das terras dos índios fosse de fato resolvido, pois o apossamento, a compra, a grilagem e outras formas de ocupação foram empurrando esses nativos para áreas mais distantes” (ANDRADE, 2012: 79).

Na medida em que analisamos outros trabalhos realizados sobre a região, e obtemos ferramentas de apoio, percebemos que essas relações ocorridas entre brancos e indígenas na área estudada eram norteadas por interesses, que posteriormente gerariam conflitos pela terra como Andrade nos atenta que,

Adverte-se que as disputas por terra e poder começam a se fazer presentes. Área de fronteira aberta, a Zona da Mata mineira experimentava alterações profundas, ocasionadas pela ocupação, em uma região que até então possuía uma vida tranqüila, longe das efervescências das áreas mineradoras, iniciando-se na região um processo espacial particular, fruto da própria complexidade da base econômica (ANDRADE, 2012: 81).

Percebemos que essas disputas por terras acontecem á medida que os espaços

vão sendo ocupados mais intensamente e aos poucos, a “noção de riqueza foi ganhando um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais” (ANDRADE, 2012:83).

Diante dessa perspectiva os estudos feitos por Jamila Aparecida Silva Câmara com as análises dos inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, entre o período de 1848 e 1888 de São Paulo do Muriaé, nos permite compreendermos um pouco do panorama agrícola da área no período. Fica exposto que nos primeiros anos da análise feita existia uma diversificação maior da produção dos gêneros agrícolas como, cana, milho, arroz, feijão, entre outros, mas à medida que se aproxima da virada do século o café torna-se o principal (CAMARA, 2012: 38-42).

Com o passar dos anos rapidamente a cultura cafeeira se espalha por toda região, elevando Muriaé a posição de segundo maior produtor da província de Minas Gerais, alavancando o crescimento e desenvolvimento do município (HASTENREITER, 1979 *apud* MALAFAIA, 2007:20). Fato que se torna ainda mais evidente com a chegada da estrada de ferro na cidade em 1886, consolidando seu status entre os principais polos cafeeiros da região (ANDRADE, 2006:48).

Diante desse panorama vivido pela cidade no período, Tiago de Castro Braga nos atenta para um significativo aumento populacional ocorrido visto que a produção se intensifica, quando há pessoal disponível, ou seja, “na medida em que se intensifica a utilização do solo, torna-se mais elevado o índice demográfico, ou vice versa” (ANDRADE, 2006:46). Seguindo essa perspectiva e analisando os dois censos demográficos do período, constatamos um elevado crescimento populacional na cidade em um pequeno espaço de tempo. Em 1872 São Paulo do Muriaé continha uma população de 34.620 indivíduos, dezoito anos depois em 1890 a cidade já contava com 50.189 habitantes, representando um aumento de 31% no período analisado, evidenciando seu crescimento econômico com a produção cafeeira (BRAGA, 2017:38).

De acordo com tudo que foi mencionado até o momento, e seguindo a perspectiva de Mario Marcos Sampaio Rodarte o qual enfatiza que, “no processo de circulação de mercadoria que a riqueza rural se convertia em riqueza urbana” (RODARTE, 1999:21). Buscamos abaixo evidenciar como os primeiros sinais de riqueza rural em São Paulo do Muriaé se converteram em infraestrutura urbana.

1.3 O Início do Desenvolvimento Urbano

São Paulo do Muriaé era composto por onze freguesias, sendo o distrito sede, local onde as questões burocráticas e executivas estavam localizadas. Na tabela podemos observar quais as freguesias que pertenciam ao distrito sede de São Paulo do Muriaé no ano de 1872.

Freguesias	Denominação atual
São Paulo do Muriaé	Muriaé
N.S. das Dores da Vitória	Dores da Vitória
N.S. da Glória do Muriaé	Itamuri
São Francisco do Glória	São Francisco do Glória
Santa Luzia do Carangola	Carangola
Divino Espírito Santo*	Divino (de Carangola)
Sebastião da Cachoeira Alegre	Cachoeira Alegre
S. Fco de Assis do Capivara	Palma
S. Fco de Paula da Boa Família	Boa Família
S. Sebastião da Mata	Eugenópolis
N.S. Conceição dos Tombos do Carangola	Tombos

Tabela 1: Município de Muriaé 1872

*Curato

Fonte: Andrade, Romulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995. p. 155

Com base na análise dos dados pesquisados, foi possível montar diversos quadros sobre as informações contidas nelas, sendo primeiramente colocado o de quantidade de sessões ocorridas por ano, evidenciando as reuniões acontecidas e as que deixaram de acontecer por falta de número de vereadores.

Ano	Período	Total de Sessões	Sessões discutidas	Sessões adiadas
1871	06/11/1871 - 11/11/1871	6	6	0
1872	09/01/1872 - 18/11/1872	26	21	5
1873	07/01/1873 - 21/07/1873	17	16	1
1880	09/01/1880 - 15/12/1880	24	16	8
1881	11/01/1881 - 14/11/1881	34	22	12
1882	21/02/1882 - 06/11/1882	23	14	9
1883	07/01/1883 - 16/12/1883	38	23	15
1884	04/01/1884 - 05/12/1884	39	17	22
1885	02/01/1885 - 19/08/1885	20	14	6
1888	01/05/1888 - 29/12/1888	24	13	11
1889	04/01/1889 - 29/11/1889	20	12	8
1890	07/01/1890 - 02/09/1890	23	13	11
/	Total	295	191	104

Quadro 1: Quantidade de Sessões da Câmara Municipal ocorridas na Freguesia de São Paulo do Muriaé no período 1871- 1890

FONTE: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, ano de 1871 á 1890

Diante do quadro exposto percebemos que a média de reuniões por mês variava entre duas ou três, visto que no ano de 1884 que contou com maior número de sessões foi também o que contou com maior número de adiamentos por falta de número legal

de participantes para proceder às discussões. Levantamos a hipótese que essas ausências nas reuniões podem ter ocorrido devido a fatores como: a grande extensão do município, problemas familiares, doenças e viagens realizadas.

Perante a perspectiva de que quanto maior o número de sessões por ano, maior quantidade de adiamentos e fazendo uma análise do segundo quadro, contribuimos para a hipótese do não comparecimento as reuniões devido à grande extensão do município, pois constatamos, após o estudo realizado que a maioria das discussões feitas estava relacionada às pontes. (construção, reconstrução, consertos ou outros).

Ano	Pontes (construção, consertos)	Calçamentos	Esgoto	Água	Concessão de terrenos	Estradas (abertura, manutenção)
1871	2	0	1	0	3	2
1872	10	8	1	1	2	5
1873	6	6	1	0	2	4
1880	12	4	2	5	1	0
1881	17	7	8	0	4	5
1882	2	1	1	0	0	4
1883	7	4	0	0	1	4
1884	3	2	1	1	1	1
1885	7	1	0	0	3	2
1888	7	0	0	2	1	1
1889	9	4	1	2	10	4
1890	8	2	1	1	2	2
/	90	39	17	12	30	34

Quadro 2: Temas das discussões nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriaé nos anos de 1871 à 1888.

Fonte: Paço da Camara Municipal de Muriaé. Livro de Atas ano de 1871 à 1890

Seguindo essa perspectiva, Andrade nos remete a pensarmos na importância que as tropas constituíam na região estudada, enfatizando que,

Com a redução da extração das lavras de ouro, o uso das tropas circulavam os sertões do leste mineiro passou a ser uma das saídas encontradas para a ocupação do território, gerando, com o tempo, uma diversificação agrícola, baseada principalmente em gêneros básicos, como a cana, o milho, e mais tarde o café (ANDRADE, 2017:230).

Outro ponto que devemos levar em consideração, juntamente com a análise feita por Braga sobre a profissão de votantes qualificados em 1876, é que a maioria dos moradores do município estavam diretamente ligados a serviços rurais. Sendo a profissão de lavrador a maior, englobando 71,7% dos indivíduos. Assim, essa perspectiva corrobora para buscarmos entender as poucas discussões realizadas sobre assuntos de serviços básicos urbanos: como serviços de esgoto e fornecimento de água (BRAGA, 2017:35).

Devemos notar também um número razoável de pedidos de aberturas de caminhos, visto que muitas vezes eram pedidos para encurtarem distâncias, com o intuito de se deslocarem mais rapidamente entre as freguesias, e entre a freguesia e sua propriedade rural.

O assunto que apareceu em número relativamente mediano foi o de concessão de terrenos, o que nos remete a concordarmos com Vitória Andrade que ao analisar as concessões de sesmarias e analisar a lei de Terras de 1850, menciona que, “não existiam na região grandes propriedades baseadas no “plantation” pelo contrário havia como característica um número reduzido de escravos e uma extensão de terras de tamanho pequeno a médio, com raras exceções” (ANDRADE, 2006: 41-42).

Esse maior número de petições de pontes, com o crescimento da produção de café perto da virada do século, pode ter explicação no que considerou Rômulo Andrade sobre seu estudo no município. De acordo com o autor, a economia de São Paulo do Muriahé baseada no cultivo de café só se consolidou após 1886, com a inauguração da ferrovia Leopoldina Highway, passando a existir melhores condições de escoamento do produto para o Rio de Janeiro (ANDRADE, 1995: 150).

Diante dos dados levantados e de uma análise sucinta dos dados conseguimos obter um posicionamento sobre os assuntos que norteavam as autoridades municipais e os anseios pedidos pela população, subsidiando futuras pesquisas que podem ser alavancadas posteriormente.

1.4 Considerações Finais

Esse estudo das atas de discussões da Câmara Municipal nos permitiu delinear uma boa parte do que se era discutido nas reuniões das autoridades e quais os principais anseios dos habitantes para serem atendidos, no recorte temporal enfocado.

No lugar do aumento de concessões de terrenos e pedidos de medidas urbanas como rede de esgoto e água potável, vemos em número constante abertura de estradas e sempre em maior número discussões relacionadas às pontes, contribuindo como já mencionamos para um pensamento voltado para os interesses rurais.

Acreditamos que as autoridades municipais começaram a dar ênfase a infraestrutura urbana, na medida em que houve a consolidação econômica do município (anos mais tarde) com a produção cafeeira, e a atração de pessoas.

Estudos voltados ao tema são necessários para o entendimento da dinâmica populacional e o funcionamento da economia de determinadas regiões. Tais pesquisas contribuem para desmistificação ou confirmação de paradigmas tradicionais e generalizantes sobre o eixo econômico vigente nesses lugares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Romulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos**

de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852 – 1888.** Dissertação de Mestrado, USS. Vassouras. 2006.

ANDRADE, Vitória Fernanda. Schettini. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de, LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. **As várias faces de Minas : Traços locais e regionais.** Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: Conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata de. ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Zona da Mata Mineira: Escravos, Família e Liberdade.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

BRAGA, Tiago de Castro. **Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: os Garcia de Mattos na segunda metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado. UNIVERSO. Niterói, 2017.

CAMARA, Jamila. A. Silva. **Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: Produção agrícola de subsistência numa região de economia agro-exportadora – São Paulo do Muriaé (1848-1888).** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 N° 13 Jul-dez 2012.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Brasil: Editora Bertrand, 1995.

EDUARDO, Márcio F. **Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-Território:** revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, 2006.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce.** Editora Univale, 2005.

FARIA, Scheila S. de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LEFÉBVRE, H. (1974). **La Production de L' Espace. Paris, Anthropos. ____ Espaço y Política.** Barcelona, Ediciones Península (original em Francês de 1973)

LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. **Filhos de Deus: batismos de crianças.** Varia História, Belo Horizonte, v. 31 004.

MALAFAIA, Maria de Lourdes Lima .**Alforrias, um acordo entre gatos e ratos: um estudo do caso de São Paulo do Muriaé, leste da Zona da Mata Mineira (1850-1888).** Dissertação de Mestrado. USS. Vassouras, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste. Estudo de uma região : Mata Mineira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA de Historiografia Muriaeense. Muriaé: Hastenreiter, ano 2, n. 2, maio/1979.

ROCHA, César Henrique Barra. **Zona da Mata Mineira: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento.** Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008.

RODARTE, Mario M. Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram; a pertinácia do**

antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

SANTOS, M.(1977). **Society and Space : Social Formation as Theory and Method.** Antípode, Woecester 9(1).

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular, 2009.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira.** Dissertação de Mestrado UFMG. Belo Horizonte, 2009 p.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea. **O conceito de território como categoria de análise.** XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-283-8

